



GT 70. Processos identitários coletivos e lutas territoriais

Coordenador(es):

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Claudia Mura (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

O objetivo do presente GT é buscar agregar reflexões empíricas sobre os processos identitários coletivos que têm nas lutas territoriais um elemento-chave. O intento é, precipuamente, impulsionar reflexões sobre quais fatores dão vida a processos de luta, em situações históricas e configurações específicas. Parte-se da hipótese de que a articulação e a consolidação de coletivos têm sua base no parentesco e em alianças políticas, bem como em experiências vividas e desenvolvidas localmente, ao longo do tempo, considerando-se, por exemplo, aspectos econômicos, ambientais, cosmológicos e rituais, a partir de configurações de poder específicas. Compreende-se, portanto, a relevância e pertinência, por exemplo, dos conceitos de conhecimento tradicional local, formulado por Ingold e Kurttila, e de morfologia social, elaborado por Mauss, sem deixar de atentar que estes desconsideram configurações diferenciadas de poder ao longo do tempo, bem como processos de constrição territorial, aspectos que vieram a ser ressaltados pelos conceitos de situação histórica e processos de territorialização, cunhados por Pacheco de Oliveira. O desafio, de fato, é analisar como, caso a caso, constrições territoriais impostas pelo Estado e por agentes privados são administradas, com base em modos de vida desenhados (sempre dinamicamente) por grupos domésticos e comunidades políticas locais, antes que necessariamente por grupos étnicos pré-definidos como tais.

Resistir é preciso! A experiência de coletivos indígenas frente ao avanço do agronegócio na Amazônia

Autoria: Katiane Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará), José Moisés de Oliveira Silva

Este work visa apresentar reflexões preliminares sobre pesquisa de campo realizada na região conhecida como Planalto Santareno, Baixo Amazonas, no município Santarém (PA), a respeito dos modos e sentidos de resistência dos indígenas Munduruku ao avanço do agronegócio. Esta proposta tem como foco a atuação de indígenas e aliados contra os efeitos nocivos da exploração indiscriminada dos recursos naturais da Amazônia, pensando a atuação dos indígenas a partir da noção de situação histórica, tendo como recorte temporal o período entre 2010 e 2019. Neste caso específico a ser estudado, trata-se da análise sobre as transformações territoriais pelas quais agentes externos vêm imprimindo à região (exploração da borracha, pasto e soja) e as lutas históricas dos indígenas a estes processos. Neste texto, o foco será dado aos casos de resistência à monocultura da soja que vem se expandindo desde o início dos anos 2000. Tal empreendimento é estimulado pelo Estado brasileiro como parte do projeto político de formação da Nação. O território Munduruku é composto por quatro aldeias que fazem fronteira com fazendas de cultivo de soja e territórios quilombolas. Esta região está localizada nas proximidades da Fazenda Taperinha (engenho escravista administrado por na segunda metade do século XIX por um confederado oriundo do sul dos Estados Unidos) e entre a Rodovia Estadual Santarém-Curuá-Una, PA 370 e o lago Maicá (situado no Baixo Amazonas), uma importante fonte de recursos naturais, de reprodução cultural e cosmológica para a população local e que é visada por multinacionais para escoamento de produção de commodities. A expansão dessa fronteira agrícola no Planalto Santareno se intensificou com o estabelecimento de um porto administrado por uma empresa multinacional, que escoar grãos para o mundo, via BR-163 e o pelo terminal graneleiro construído pela empresa entre 1999 e 2003. A partir disso, as aldeias do território indígena do Planalto têm sido pressionadas, a paisagem local foi drasticamente modificada e a saúde da população está



em risco, pois o veneno empregado no cultivo da soja destrói as roças, as nascentes de igarapés e rios, deixando um rastro de doenças. A partir do contexto histórico e social observado no campo, pretendemos examinar as condições sociais e históricas da luta e focalizar os indígenas que participam dos coletivos, seus engajamentos, desafios e conquistas nos enfrentamentos ao quadro político atual e nossa principal pergunta de pesquisa é: como os Munduruku se organizam frente ao violento processo de esbulho territorial capitaneado pelo Estado.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: